

A POSSIBILIDADE DE UNIDADE NA DIVERSIDADE ECLESIAL E DE JUVENTUDES À LUZ DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Laércio Duminelli da Luz *

RESUMO:

A pesquisa compreende a unidade na diversidade em três perspectivas: fundamento, paradigma e desafio. O fundamento da unidade na diversidade provém da Santíssima Trindade. O paradigma de uma eclesiologia diversa e unida no amor é o das comunidades joaninas. Diante de um fundamento e de um paradigma analisa-se o desafio das juventudes brasileiras em buscar a unidade na pluralidade social e eclesial.

PALAVRAS-CHAVE: Trindade; Comunidades joaninas; Juventudes.

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE DIVINA E ECLESIAL

A diversidade permite que cada pessoa seja singular e que não haja uniformização ou autoritarismo. Nesta perspectiva, serão estudadas as diferenças divinas e eclesiais. Num primeiro momento será observada a distinção das três Pessoas¹ da Santíssima Trindade. Logo depois, o foco é a experiência eclesial das comunidades joaninas primitivas, onde havia grande variedade de pessoas e teologias. Por fim, o enfoque passa a diversidade de juventudes.

* Laércio Duminelli da Luz, Bacharel e licenciado em Filosofia pela UCPEL (2009); Especialista em Teologia da Vida Religiosa pela ESTEF (2012); Discente em Teologia (bacharelado) na ESTEF. Contato: freilaercio@yahoo.com.br

¹ Karl Rahner entende que a utilização do termo três Pessoas para explicar a Trindade de Deus “provoca quase inevitavelmente o perigo que em Deus sejam três diversas consciências, vidas espirituais, centros de ação” (RAHNER *apud* DALLAGNOL, 2003, p. 62). Contudo, será mantido o Termo três Pessoas no trabalho em concordância com a compreensão de Leonardo Boff.

Um Deus trino e uno: o diverso

Há um só Deus, no entanto Deus é Trino: Pai, Filho e Espírito Santo. São três Pessoas, mas, não são três deuses. A Trindade também não é a soma das três Pessoas, e sim, a comunhão e a unidade delas. Ao contrário de divisão, “no início está a comunhão entre vários, a riqueza da diversidade, a união como expressão da entrega e doação de uma Pessoa divina à outra” (BOFF, 1988, p. 25). A comunhão é a garantia da diversidade e da unidade.

O que confere a singularidade a cada uma das Pessoas da Santíssima Trindade é, justamente, a pessoalidade. “As Pessoas trinitárias têm tudo em comum, salvo o que as caracteriza como Pessoas” (ZUGNO, 1999, p. 23). O Pai é uma Pessoa distinta do Filho e do Espírito Santo. O Filho é uma Pessoa distinta do Pai e do Espírito Santo. O Espírito Santo é uma Pessoa distinta do Pai e do Filho. Dessa forma, pode-se afirmar que

Pai, Filho e Espírito Santo são tão distintos uns dos outros e possuem existência singular. [...] Pessoa é, sim, um estar-em-si e, por isso, a pessoa significa uma individualidade irreduzível; mas esta individualidade se caracteriza pelo fato de estar sempre aberta aos outros (BOFF, 1988, p. 92).

Para compreender a diversidade e a unidade da Santíssima Trindade São João Damasceno difundiu a palavra pericórese (BOFF, 1988, p. 42). “Pericórese significa o inter-relacionamento eterno que existe entre os divinos Três. Cada Pessoa vive da outra, com a outra, pela outra e para a outra Pessoa” (BOFF, 1988, p. 173). Não há hierarquia e nem precedência entre as três Pessoas divinas. Eles são um só Deus em comunhão plena, onde não há reservas e nem disputas de poder ou tentativa de uniformização.

Para explicar como um único Deus é três Pessoas, a teologia fala em processões. As processões não são cronológicas, e sim, uma construção lógica para entender a relação da Trindade e as diferenças entre as Pessoas trinitárias. “As processões são as relações entre as Pessoas divinas *no interior da Trindade*. [...] Assim, na Trindade, o Filho vem do Pai e o Espírito Santo vem do Pai e do Filho. O Pai não procede de ninguém” (ZUGNO, 1999, p. 21). Contudo, as três Pessoas da Trindade são da mesma substância e essência. Deus é em si mesmo Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai é “o princípio jamais principiado, junto com os simultâneos: o Filho e o Espírito Santo” (BOFF, 1988, p. 125). Ele é princípio por ser Pai, gerador,

mas nisso não há primazia, pois, Ele é simultâneo às outras duas Pessoas e não há distinção em poder e em divindade.

A missão de cada Pessoa da Trindade é um sinal visível da sua diversidade e unidade. A missão do Pai é ser o criador (gerador). Boff (1988, p. 121) diz que o Pai é também mãe. Afinal, a fecundidade que Nele gera o Filho e dos dois espira o Espírito Santo é masculina e feminina. A missão do Filho é ser o Verbo encarnado. Não é o Pai e nem o Espírito Santo que se encarnam, esta missão é de Jesus. Outra missão de Jesus foi revelar a Trindade. “Na pessoa de Jesus de Nazaré, as primeiras testemunhas perceberam a revelação de Deus Trindade [...] Em tudo, ele não agia sozinho. Estavam com ele o Pai e o Espírito Santo” (BINGEMER; FELLER, 2002, p. 78). Mas, após a páscoa de Cristo, aparece a missão do Espírito Santo que é o enviado pelo Pai e pelo Filho (Jo 14, 26). O Espírito Santo tem a missão de manter a comunhão das pessoas humanas entre si e com a Trindade.

A diversidade das comunidades joaninas

O fundamento da diversidade eclesial é a Trindade. Isto possibilita que as comunidades cristãs se constituam de pessoas e pensamentos diversos. Numa comunidade a oposição é fundamental. Quando não há oposição e as vozes dos diferentes são caladas, há imposição e morte dos mais fracos.

A diversidade existente nas comunidades joaninas construiu uma eclesiologia paradigmática onde a base é a comunhão no amor fraterno. Primeiramente, é necessário entender quem fazia parte das comunidades joaninas e quais os destinatários dos seus escritos. Por isso, deve-se considerar que “os cristãos joaninos foram expulsos das sinagogas e lhe disseram que não podiam mais adorar a Deus com os outros judeus; e assim eles não mais se consideraram judeus” (BROWN, 2011, p. 42). É neste sentido que o Evangelho de João exhibe falas contra os judeus e, por outro lado, de acolhimento dos pagãos e samaritanos. Mas, se no início os pagãos aceitaram bem a Boa Nova, quando surgem os escritos joaninos fica claro que “já começou a manifestar-se a hostilidade do mundo pagão contra o evangelho” (COMBLIN, 1980, p. 72). Sendo assim, neste contexto hostil, tanto por parte dos judeus como do mundo (pagãos), as comunidades joaninas respondem com uma proposta de unidade.

Diante de um contexto de perseguição externa, as comunidades buscam coesão interna para sobreviverem. A heterogeneidade é apresentada como oportunidade de comunhão fraterna. Podemos destacar alguns grupos que formaram as comunidades joaninas: os galileus (Jo 1, 43-45); os discípulos de João Batista (Jo 1, 35-37); os judeus com expectativas messiânicas (Jo 1, 45-49); os judeus contrários ao templo (Jo 2,13-22); os gregos-helenistas (Jo 7,35; 12,20-32) e os samaritanos (Jo 4,39-42). Quanto aos samaritanos, “a contribuição deste grupo foi muito importante para que a comunidade do discípulo amado adquirisse identidade própria.” (BORTOLINI, 1994, p. 8). Os samaritanos foram imprescindíveis para que as comunidades optassem pela prática comunitária do amor fraterno.

As comunidades são tão acolhedoras da diversidade que as mulheres aparecem em momentos importantes no quarto evangelho. Seguem alguns destaques: a) o primeiro sinal do Evangelho de João foi realizado por intervenção de Maria, a mãe de Jesus (Jo 2, 1-11), ao pé da cruz ela se torna a mãe da comunidade do Discípulo Amado (Jo 19, 25-27); b) a mulher samaritana aceita Jesus como o Messias e se torna missionária ao anunciá-lo a muitos samaritanos (Jo 4, 39-42); c) no confronto entre Jesus e os doutores da lei e fariseus, a mulher que é levada para ser apedrejada serve de crítica (Jo 8, 1-11); d) a confissão de fé de Marta indica a liderança das mulheres nas comunidades joaninas (Jo 11, 27).

Observando a diversidade das comunidades joaninas e sua proposta de viver um amor de comunhão fraterna, é possível vislumbrar unidade em comunidades cristãs formadas por diferentes grupos, culturas, pessoas, mentalidades e posturas.

A pluralidade de Juventudes

A Igreja latino-americana, a partir de Puebla, fez opção preferencial tanto pelos pobres como pela juventude. Esta preferência congrega as juventudes eclesiais e as demais também. Só que isto traz consequências, pois, “dizer que, para a Igreja, a juventude é uma prioridade em sua missão evangelizadora, é afirmar que se quer uma Igreja aberta ao novo” (DICK, 2006, 15). Para isso, é preciso conhecer a realidade juvenil e as estruturas de vida e de morte que a cercam.

Tanto no nível eclesial como no social, não há hegemonia de juventude. Por causa da diversidade que há de jovens, é difícil falar em juventude. Por isso, o mais adequado é falar em juventudes. Afinal,

em se tratando de juventudes, existe uma multiplicidade muito grande de características (situações, comportamentos, conjunturas, manifestações, culturas, códigos...), com seus devidos valores, preconceitos, dificuldades, projetos e virtudes (PASTORAL DA JUVENTUDE RS, 2003, p. 14).

Esta riquíssima diversidade de juventudes remete à diversidade Trinitária de Deus quando induz à unidade fraterna e amorosa. Porém, a realidade dos jovens brasileiros apresenta um cenário desfavorável em nível cultural, econômico, social, educacional, de políticas públicas e de religião. Tudo isto contribui para que os jovens estejam mais expostos à violência e à “cultura de morte” (APARECIDA, 480). Na tentativa de entender um pouco a diversidade juvenil e sua situação, o Documento 85 da CNBB é feliz ao traçar o perfil das juventudes brasileiras em três aspectos: 1º socioeconômico; 2º protagonismo e participação social e 3º religioso.

Quanto ao aspecto socioeconômico dos jovens brasileiros, é preciso considerar os principais problemas:

a disparidade de renda; o acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanência nos sistemas escolares; o desemprego e a inserção no mercado de trabalho; a falta de qualificação para o mundo do trabalho; o envolvimento com drogas; a banalização da sexualidade; a gravidez na adolescência; a AIDS; a violência no campo e na cidade; a intensa migração; as mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito e suicídios); o limitado acesso às atividades esportivas, lúdicas, culturais e a exclusão digital (CNBB, 32).

Diante destes problemas, muitos jovens são excluídos socialmente. E isto interfere no segundo aspecto, o protagonismo e participação social. Afinal, quando um modelo social promove a exclusão mantendo grande parcela de jovens reféns da violência e da pobreza, o protagonismo na transformação social é limitado. Mesmo percebendo que há jovens que aceitam a cultura de morte, “nem toda a juventude se mantém passiva diante dos fatos. Muitos jovens constroem efetivamente o seu espaço e levam ao mundo seu grito” (PASTORAL DA JUVENTUDE RS, 2003, p. 15). E são justamente esses jovens que, levantando bandeiras da ecologia, da promoção social e de uma cultura de paz, manifestam a diversidade do rosto Trinitário de Deus. O jovem protagonista não se contenta com as injustiças do mundo. “Na vivência do protagonismo juvenil está a Teologia do Êxodo. A Teologia da saída de um mundo de dependência para um mundo de liberdade” (DICK, 2006, p. 34). Por isso, é preciso observar a diversidade juvenil e identificar nela as sementes do Reino.

No aspecto religioso, segundo a CNBB, os jovens não aderem a uma religião apenas por ser parte de uma tradição. Em geral, os jovens buscam “uma expressão de fé que dê sentido às suas vidas (o que acelera o trânsito religioso)” (CNBB, 42). É um fato importante para se pensar num sincretismo acentuado a curto e médio prazo.

Nesta breve análise das diversas juventudes brasileiras, foi possível perceber um cenário desfavorável aos jovens. Por isso, é urgente uma eclesiologia trinitária e encarnada para mudar esta realidade. Boff (1988, p. 36) alerta sobre os riscos de se ter uma visão desintegrada da Trindade. Neste sentido, a “religião só do Pai” introjeta nas pessoas a aceitação do patriarcalismo religioso e social. É a centralização do poder tanto no céu como na terra. Quanto à “religião só do Filho” desenvolve uma visão de irmandade entre os iguais. Ou seja, uma irmandade de grupo. Há grande dificuldade de abertura a outros grupos, comunidades e a Deus. Por fim, a “religião só do Espírito Santo” fica voltada somente para si. Nela, os dons do Espírito Santo são usados somente para que as pessoas se sintam bem.

De outra forma, numa compreensão trinitária autêntica, todas as pessoas humanas são indispensáveis para construir o Reino de Deus. Assim, os jovens conseguem exercer seu protagonismo dentro da comunidade eclesial e na sociedade. Afinal, em cada pessoa humana existe um sinal da Trindade Santa e um desejo de comunhão.

DIANTE DE TANTA DIVERSIDADE A UNIDADE É POSSÍVEL?

Já foi ressaltada a diversidade existente na Trindade, nas comunidades joaninas e nas juventudes. Agora, será observado como a diversidade pode ser fermento na massa para a unidade cristã.

A experiência fundante da Trindade

Onde está uma Pessoa da Trindade estão as outras duas. A comunhão é a marca da Trindade. Se por um lado a palavra pericórese é empreendida para compreender a diversidade das Pessoas divinas, por outro, ela facilita o entendimento de como cada Pessoa divina penetra as outras duas e se deixa

penetrar por elas. “A pericórese é o conceito que supera as relações de origem e de hierarquia no interior da Trindade” (WESTPHAL, 2008, p. 38). Assim, mesmo dizendo que o Filho é gerado pelo Pai e que o Espírito Santo espira da relação amorosa entre Pai e Filho, não quer dizer que o Pai é anterior aos dois. Biologicamente, um pai exerce sua paternidade somente quando tem um filho. Aplicando esta premissa à Trindade, é possível perceber que ser Pai, ser Filho e ser Espírito Santo é concomitante.

O Catecismo da Igreja Católica entre os números 253 e 255 resume uma série de conclusões da tradição da Igreja e de diversos concílios que ajudam a entender a unidade Trina. Neste sentido, é importante destacar a definição do Concílio de Florença na Bula *Cantate Domino* de 1441 onde diz que: “estas três Pessoas são um só Deus, não três deuses, porque uma só é a substância das três, uma a essência, uma a natureza, uma a divindade, uma a imensidade, uma a eternidade, e tudo isso uma unidade” (DZ, 1330).

As Pessoas da Trindade são da mesma natureza e substância. Isto possibilita sua mútua interpenetração e constitui uma fonte de unidade. Cada Pessoa da Trindade está interpenetrada nas outras duas e deixa-se interpenetrar por elas. “As três Pessoas divinas existem uma para a outra e se compenetram mutuamente. Sua pessoalidade consiste no existir uma para as outras” (ZUGNO, 1999, p. 24). Na interpenetração, o amor faz a unidade dos diferentes e conceitualmente é melhor que pericórese (WESTPHAL, 2008, p. 41). Por causa do amor cada Pessoa da Trindade pode ser si mesma e aberta à comunhão. São amantes de um único amor.

A comunhão só é possível quando há pessoas diferentes umas das outras. Por isso, comunhão não é a anulação das diferenças. Não se pode correr o risco de em nome de uma comunhão plena, diminuir a característica individual de cada Pessoa da Trindade. “A essência da Trindade não é constituída de sujeitos individuais, mas da comunhão de sujeitos que são transparentes um para com o outro” (WESTPHAL, 2008, p. 37). O termo transparência mantém tanto a individualidade como a comunhão. As Três Pessoas são transparentes a tal ponto que nada fica obscuro e não há reservas. Se houvesse reservas de vontade, por exemplo, haveria três deuses que disputariam entre si para que se realizasse a sua vontade e não a vontade das outras duas pessoas.

A Trindade é sempre inclusiva, e por isso, é comunhão. Deus se faz Trindade para poder incluir. A Trindade é uma comunidade entre as Três Pessoas divinas e

inclui as pessoas humanas (BOFF, 1988, p. 96). É possível perceber traços da Trindade na sociedade e na Igreja. Por isso segue a experiência concreta de unidade feita pelas comunidades joaninas.

As respostas paradigmáticas das comunidades joaninas

As comunidades joaninas se apresentam como uma das mais plurais do cristianismo nascente. Esta pluralidade é um sinal visível de que a unidade e a diversidade na Igreja são possíveis e indispensáveis. Aliás, a diversidade exigiu que as comunidades joaninas achassem uma saída original e essencialmente cristã: o amor mútuo. Por isso elas vão dizer que “Deus é amor” (1Jo 4.8.16). Neste sentido,

o Deus que é amor não vive fechado em si mesmo, numa relação narcisista, na qual ele é o próximo de si mesmo. Porque Deus é amor, ele se relaciona em comunhão, pois o amor busca a comunhão com aquele que lhe é alteridade dentro e fora de Deus (WESTPHAL, 2008, p. 41).

Sem o amor, corre-se o risco de pensar em uma comunhão que uniformiza e anula a individualidade. Só o amor respeita a individualidade e oferece condição para a comunhão na diversidade. Na encarnação do Verbo, Deus vem ao encontro das pessoas humanas. É um movimento trinitário de saída de si ao encontro do totalmente outro. É um amor fecundo. As comunidades joaninas entenderam muito bem a dimensão do compromisso em dizer que Deus é amor. Afinal,

quem não ama não conhece a Deus, porque Deus é amor. Nisto se tornou visível o amor de Deus entre nós: Deus enviou o seu Filho único a este mundo, para nos dar a vida por meio d'Ele. E o amor consiste no seguinte: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi Ele que nos amou e nos enviou o seu Filho como vítima expiatória pelos nossos pecados. Amados, se Deus nos amou a tal ponto, também nós devemos amar-nos uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus. Se nos amamos uns aos outros, Deus está conosco, e o seu amor realiza-se completamente entre nós. Nisto reconhecemos que permanecemos com Deus, e Ele conosco: Ele deu-nos o seu Espírito (1 Jo 4, 8-13).

A comunidade joanina busca a unidade a partir do amor fraterno. É um amor libertador vivido entre amigos (Jo 15, 12-15). Uma relação de amigos é oposta a uma relação de servos. A libertação do amor cristão consiste na “participação mútua e comum na vida e na comunhão, sem suserania e sem vassalagem. Na participação interativa da vida, as pessoas libertam-se para além dos limites da sua individualidade” (MOLTMANN, 2000, p. 70). Somente unidos em comunidade e em

Cristo é possível um amor libertador. Claro que as comunidades percebem que a unidade não é fácil devido à diversidade. Entretanto, isto não é um problema. Em João, capítulo 17, 20-24, a conhecida *oração sacerdotal* feita por Jesus Cristo, também é interpretada como sendo a *oração pela unidade* (SANTA ANA, 1987, p. 215). Nesta interpretação, Jesus e a comunidade do discípulo amado mostram que

o povo de Deus abrange muito mais do que Israel. Outros também crerão em Cristo. E Jesus ora por todos os da Igreja, os de sua comunidade, para que expressem a unidade que será prova do valor da mensagem do Evangelho (SANTA ANA, 1987, p. 215).

Assim, fica claro que a unidade é divina, pois, é garantida por Jesus na Trindade. A base da unidade humana deve ser a Trindade. Só assim haverá uma unidade que respeite a diversidade. Caso contrário, haverá unidade por interesses e logo que estes acabarem se desfaz a unidade. A unidade rompe com o sistema de injustiça. Mas para isso, só quem estiver “praticando o amor possuirá ‘o Espírito da verdade’ (Jo 14, 16; 15, 26; 16,13) que o faz livre” (MATEOS; BARRETO, 1989, p. 163). Dessa forma, as relações humanas devem ter uma espiritualidade baseada no Espírito da Verdade que liberta e cria unidade na diversidade.

Uma eclesiologia gerida pelo Espírito Santo não responde com hierarquia a intenção de manter a unidade. “Há muito na teologia joanina que tornaria relativa a importância de instituições e cargos, exatamente quando essa importância estava sendo enfatizada em outras comunidades” (BROWN, 2011, p. 90). Muitas comunidades, principalmente as petrinhas, mantêm uma hierarquia fundada na escolha dos 12 apóstolos e na figura centralizadora de Pedro para garantir a unidade. Nas comunidades do Discípulo amado quem une é o amor. Assim,

a categoria de ser discípulo baseada no amor torna qualquer outra distinção na comunidade joanina relativamente não-importante, de modo que até a bem-conhecida imagem presbiteral de Pedro, do pastor, não é apresentada sem a pergunta condicionante, ‘Tu me amas?’ (21, 15-17) (BROWN, 2011, p. 91).

No evangelho de João há várias passagens em que o discípulo amado aparece em contraste com Pedro (13, 23-26; 18, 15-16; 20, 2-10; 21, 7; 21, 20-23). Fica explícito que o mais importante não é o cargo ou o ministério que a pessoa tem. O fundamental é exercer o ministério com amor para servir os amigos e irmãos.

Por fim, destaca-se o esforço ecumênico das comunidades joaninas. Um texto paradigmático e que serve como chave de leitura ecumênica é o de João 10, 16

onde Jesus se apresenta como pastor de vários rebanhos. Falar em unidade na perspectiva joanina é falar em uma comunidade ecumênica. As comunidades joaninas são extremamente abertas ao diálogo com outras culturas e visões de Deus. O desejo de unidade parte do pastor que é Trino. Existe um só rebanho, independente dos apriscos e formas de concepções de mundo.

Os ensaios de unidade entre as juventudes eclesiais brasileiras

Quando se fala que as juventudes brasileiras estão ensaiando uma unidade é mais para enfatizar o desafio em unir a diversidade de juventudes do que menosprezar os sinais de comunhão. Dito isto, será feita uma breve memória da história recente e alguns indicativos atuais de unidade entre as juventudes eclesiais brasileiras.

Antes dos anos 50, as juventudes se agregavam primeiramente em torno de devoções, principalmente marianas, coordenadas por adultos. Seguem alguns Movimentos: “Congregação Mariana (Jesuítas); Jovens Vicentinos; Legião de Maria; Filhas de Maria; Apostolado da Oração; Cruzada Eucarística; e outros grupos que promovem atividades dirigidas à juventude” (CNBB, 2013, p. 26). Paralelo aos movimentos devocionais a Ação Católica geral vai se constituindo um espaço de protagonismo leigo no Brasil. Tanto que “em 25 de novembro de 1932, Dom Leme criou o primeiro grupo de Ação Católica no Brasil com o Título de Juventude Feminina Católica (JFC)” (BETIATO, 1985, p. 33). Entretanto, só a partir da década de 50, com a Ação Católica Especializada, surgem diversos grupos juvenis como: Juventude Agrária (JAC), Juventude Estudantil (JEC), Juventude Independente (JIC), Juventude Operária (JOC) e Juventude Universitária (JUC). A Ação Católica Especializada foi fundamental para que as juventudes brasileiras mostrassem seus rostos e seu protagonismo sem a tutela eclesial ou adulta.

As Juventudes Católicas despertaram nos jovens o desejo de unidade entre si e uma vontade de mudança social e eclesial. O método *ver-julgar-agir* foi muito utilizado. A Ação Católica que no início foi muito bem quista e estimulada pelos Bispos brasileiros, a partir do golpe militar de 1964 deixa de ser unanimidade e começa a gerar mal estar. Assim, “a CNBB, no dia 18 de novembro de 1966, publica uma nota de muito peso para o esfacelamento da Ação Católica: ‘O secretariado nacional do apostolado dos leigos comunica a dissolução das equipes JUC, JEC e

JIC” (BETIATO, 1985, p. 72). Há uma tentativa tanto dos governos militares como de alguns Bispos em silenciar a efervescência juvenil por justiça social provinda dos grupos estudantis.

Contudo, mesmo com grandes pressões sobre as juventudes e com a desarticulação da Ação Católica no Brasil, os jovens da década de 70 buscam maneiras de se congregarem e viverem sua fé. Surgem nesta década articulações da Pastoral da Juventude e muitos Movimentos de Encontros. A Pastoral da Juventude conta o ano de 1973 como o da fundação. Entretanto, entre 1973 e 1983 é a etapa chamada de “primeiras articulações” (CNBB, 1998, p. 104). A década de 80 é a da militância política. Por isso, este estudo considerará a década de 70 como a década dos Movimentos de Encontros e a de 80 como a retomada das questões sociais pelas juventudes católicas.

O surgimento de movimentos espirituais, que buscam a conversão individual sem um comprometimento com o rompimento social de uma cultura de morte, gera uma unidade muito grupal e pouco universal. O problema é que “para um engajamento transformador os movimentos não significam quase nada” (BETIATO, 1985, p. 75). Os Movimentos de Encontros davam muita ênfase para um espiritualismo e moralismo. Seguem alguns movimentos nacionais desta época: “CLJ, Escalada, Amigos de Cristo, Onda, Vigília, Nazaré, Catecumenato, TLC, Construindo, EJC, Cenáculo, ELC, Shalom, Emaús” (CNBB, 2013, p. 28). A grande diferença era a metodologia. Enquanto as juventudes da Ação Católica utilizavam basicamente o *ver-julgar-agir*, os movimentos organizavam *encontros com Jesus*. “Os encontros empregavam metodologia de impacto emocional, colocavam como raiz do problema social o egoísmo pessoal, mas não despertavam no jovem a consciência crítica diante do problema social” (CELAM, 1987, p. 61). Os movimentos montavam um encontro de final de semana para a conversão do jovem, e depois disso, a formação era em forma de Cursilho de Cristandade.

Na década de 80, eclodem por um lado, os Movimentos Internacionais, e por outro, as Pastorais das Juventudes. Enquanto os Movimentos Internacionais como: Cursilhos de Cristandade, Movimento Geração Nova, Schoenstatt, Comunhão e Libertação, Renovação Carismática Católica, Juventude Franciscana e Encontro de Casais com Cristo “conseguem atrair e convencer a juventude da classe média, pois lhe oferecem mensagem adaptada à sua condição” (CELAM, 1987, p. 63), a Pastoral da Juventude faz a opção pelos pobres e pela mudança social. Os

movimentos são mais intimistas e espiritualistas enquanto as pastorais retomam o método *ver-julgar-agir* acrescentando o *revisar-celebrar*. A Pastoral da Juventude (PJ) está em concordância com a igreja latino-americana e sua opção pelos pobres e pelos jovens feitas em Puebla no ano de 1979. O objetivo da Pastoral da Juventude é organizar pequenos grupos de base que tenham a capacidade de refletir sua situação juvenil. Sobre a identidade da PJ, em 1996 em um encontro nacional, foram pontuados sete aspectos. É oportuno destacar dois deles:

4º Somos grupos de jovens motivados pela fé, atuando dentro das comunidades eclesiais, a serviço da sua organização e animação. 5º Atuamos, também, na sociedade, inseridos nos movimentos sociais, com destaques para a participação política partidária, movimentos populares e outras organizações que lutam em defesa da vida e da dignidade humana (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2012, p. 18).

A PJ ajudou bastante a integrar e pensar as realidades indígenas, negras, ribeirinhas e rurais do Brasil. As pastorais das juventudes tais como: PJE (Pastoral da Juventude Estudantil); PJR (Pastoral da Juventude Rural); PJ (Pastoral da Juventude) e PJMP (Pastoral da Juventude dos Meios Populares) foram apoiadas fortemente pelo CELAM e pela CNBB. Tomando como princípio para a unidade a valorização da diversidade e não a uniformidade, pode-se afirmar que a metodologia das pastorais das juventudes é melhor que a dos movimentos eclesiais.

Dessa forma, numa perspectiva pastoral, o CELAM propõe que as juventudes latino-americanas construam a civilização do amor no seguimento a Jesus Cristo e no compromisso com o povo principalmente os pobres. A proposta para uma civilização do amor é ainda atual para edificar uma unidade entre as juventudes eclesiais, pois, afirma alguns valores como: sim à comunhão; sim à participação, sim à verdade, sim à justiça, sim à liberdade, sim à paz e sim ao amor. Por outro lado segue uma rejeição a tudo o que oprime dizendo: não ao egoísmo, não à exploração, não à injustiça, não à violência, não aos desatinos morais (CELAM, 1987, pp. 99-102).

Ainda pensando a unidade das juventudes é bom lembrar que se em 1981 a CNBB nomeou um assessor nacional para a PJ, em 1983 ela cria o Setor Juventude. O Setor inicia como uma tentativa de unidade entre as pastorais das juventudes, as juventudes das congregações religiosas e os movimentos juvenis. No entanto, o Setor Juventude mais tutelou do que garantiu a unidade. Tanto é verdade, que a partir da década de 90, enquanto as pastorais das juventudes começam a

enfraquecer e os movimentos eclesiais a se fortalecerem, a CNBB, gradativamente, impõe o Setor Juventude.

Por fim, tendo como fundamento para a unidade, a comunhão das Três Pessoas divinas, e como paradigma o amor fraterno das comunidades joaninas, ficam grandes questionamentos sobre a unidade atual das juventudes eclesiais brasileiras. É preciso perícia para que as tentativas institucionais da CNBB não sejam meros ensaios de unidade. Afinal, o modo de unidade utilizado tanto pela Trindade como pelas comunidades joaninas não é o de tutela institucional. É que quando uma instituição não consegue lidar bem com a diversidade de pessoas e de pensamentos, ela facilmente recorre à uniformidade. O tempo dirá se a Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude criada na 49ª Assembleia da CNBB em 2011 favorece a unidade ou a uniformidade. Um termômetro para isso é o Documento de Estudos da CNBB 103, lançado em 2013 por esta Comissão Episcopal.

REFERÊNCIAS

BETIATO, Mário Antônio. *Da Ação Católica à Pastoral da Juventude*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BINGEMER, Maria Clara; FELLER, Vitor Galdino. *Deus Trindade: a vida no coração do mundo*. Valencia: Siquem, 2002.

BOFF, Leonardo. *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BORTOLINI, José. *Como ler o Evangelho de João: o Caminho da Vida*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1994.

BROWN, Raymond. *Evangelho de João e Epístolas*. 6 ed. São Paulo: Paulus, 2011.

Catecismo da Igreja Católica. 11 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe 13-31 de maio de 2007. 3. ed. Brasília: CNBB, 2007.

_____. *Pastoral da juventude: sim à civilização do amor*. São Paulo: Paulinas, 1987.

CNBB. *Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. *Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. *Pastoral juvenil no Brasil: identidade e horizontes*. São Paulo: Paulus, 2013.

COMBLIN, José. *Evangelizar*. Petrópolis: Vozes, 1980.

DALLAGNOL, Wilson. “A Trindade econômica é a Trindade imanente e vice-versa” (K. Rahner). *Cadernos da ESTEF*, n. 31. (2003/2) 54-67.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.

DICK, Hilário. *O divino no jovem: elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil*. Porto Alegre: Instituto Pastoral da Juventude, Rede brasileira de Institutos de Juventude, 2006.

MATEOS, Juan; BARRETO, Juan. *O Evangelho de São João: Análise Lingüística e Comentários Exegéticos*. São Paulo: Paulinas, 1989.

MOLTMANN, Jürgen. *Trindade e Reino de Deus: Uma Contribuição para a Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PASTORAL DA JUVENTUDE. *Somos Igreja jovem – Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer*. Brasília: PJ, 2012.

PASTORAL DA JUVENTUDE RS. *Marco referencial – Pastoral da juventude do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e libertação: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1987.

WESTPHAL, Euler R.. O pensamento trinitário em Leonardo Boff: comunhão e criação. *Estudos teológicos*. n. 2 (2008) 27-50.

ZUGNO, Vanildo. As relações intra-trinitárias: desafio para a vida comunitária. *Cadernos da ESTEF*, n. 23. (1999/2) 21-26.